



A SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/166/2022/XII

Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Horta, 29 de novembro de 2022

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar



Vasco Alves Cordeiro

REQUERIMENTO

UM NOVO AJUSTE DIRETO, MAS O MESMO MODUS OPERANDI, DA SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

A 30 de setembro do corrente ano, o Governo Regional de coligação PSD/CDS-PP/PPM, através da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, anunciava no Portal Base (<https://www.base.gov.pt/Base4/pt/detalhe/?type=contratos&id=9478812>) a celebração com a «Agenda Urbana, Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda» de um contrato para “Criação de modelo normativo para certificação em turismo sustentável de empresas da cadeia de valor do sector do turismo dos Açores”.

O contrato foi celebrado pela Direção Regional do Turismo na sequência de procedimento de ajuste direto para a aquisição de serviços, com um preço base de 56.600,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e um prazo de execução de 120 dias, tendo por fundamento a “ausência de recursos próprios”.

Sendo público, através do seu sítio online (<https://agendaurbana.pt/>), que a empresa contratada - «Agenda Urbana, Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda» -, é uma empresa “*dedicada aos estudos, projetos e consultoria na área do território, planeamento estratégico, desenvolvimento regional e urbano, reabilitação urbana, eficiência energética, inovação, administração pública e apoio à gestão de entidades públicas e privadas.*”

Sendo público que a empresa contratada tem como experiência comprovada um conjunto de contratos com municípios do território continental, na sua maioria com objeto na área da habitação ou do ordenamento urbano, ou seja nenhuma experiência em Turismo, sequer Turismo Sustentável, área do objeto do contrato agora celebrado, e muito menos experiência internacional como se imporia olhando os serviços a contratar.

Finalmente, também sendo público que a empresa tem como sócio-gerente o antigo líder da concelhia do PSD e candidato à presidência da Câmara Municipal de Ovar, Álvaro Santos, e apoiante da candidatura de Luís Montenegro, atual líder do PSD nacional (<https://www.ovarnews.pt/psd-alvaro-santos-apoia-luis-montenegro-nas-directas/>).

Como o PS/Açores já denunciou publicamente, este tipo de opção e de procedimento não é caso único na Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, indiciando um *modus operandi* que promove a confusão entre a utilização dos dinheiros públicos e dos interesses da Região e a gestão de conhecimentos político-partidários;

Assim, ao abrigo das disposições estatutários e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, abaixo signatários, requerem a seguinte informação:

- 1 – Cópia das peças procedimentais relativas ao procedimento de aquisição de serviços para “Criação de modelo normativo para certificação em turismo sustentável de empresas da cadeia de valor do sector do turismo dos Açores”.
- 2 – Cópia dos eventuais convites realizados no âmbito do procedimento supra referido.
- 3 - Cópia das respostas das entidades eventualmente convidadas referidas no ponto anterior e das suas eventuais propostas.
- 4 - Cópia do relatório do júri;
- 5 - Cópia do despacho de homologação;
- 6 – Cópia do contrato celebrado com a empresa «Agenda Urbana, Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda» e da documentação por esta entregue de acordo com o solicitado no convite.

Horta, 28 de novembro de 2022

OS DEPUTADOS



Carlos Silva



Rui Anjos